



35166985



08008.000076/2026-14

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)****IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE**

<b>UNIDADE REQUISITANTE</b>	Subsecretaria de Administração
<b>SIGLA DA UNIDADE</b>	SAA
<b>RESPONSÁVEL PELA DEMANDA</b>	Débora de Souza Januário
<b>MATRÍCULA/SIAPE</b>	2583097
<b>E-MAIL</b>	debora.januario@mj.gov.br
<b>TELEFONE</b>	61 2025-3704

**1. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA (indicar o ID a que se refere a contratação no disponível no link: [https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/se/pca/pac\\_se](https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/se/pca/pac_se))**

A demanda encontra previsão no Plano de Contratações Anual do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para o exercício 2026, conforme extrato SEI nº 35166909, nos seguintes termos, conforme [Portal Nacional de Contratações Públicas](#):

**Descrição sucinta do objeto:** Contratação das ações de desenvolvimento para os servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública de acordo com os conhecimentos requeridos para execução dos objetivos organizacionais do Órgão em 2026.

**Id pca PNCP:** 00394494000136-0-000025/2026

**Data de publicação no PNCP:** 13/05/2025

**Local:** Brasília/DF

**Fonte:** Compras.gov.br

**Classe/Grupo: 929:** OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

**Identificador da Futura Contratação:** 200006-1/2026

**2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA (OBJETO)**

Contratação de **03** (três) vagas na ação de desenvolvimento denominada **Instrumentos de Manutenção do Equilíbrio Econômico dos Contratos Administrativos**, a ser realizada nos dias **23 e 24 de abril de 2026**, na modalidade online, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, fornecida pela empresa Orzil Cursos e Eventos Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 08.942.423/0001-32.

**3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO.**

A justificativa da necessidade de participação na ação de desenvolvimento intitulada **Instrumentos de Manutenção do Equilíbrio Econômico dos Contratos Administrativos** fundamenta-se no PDP e tem como objetivo permitir a análise da garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, os fatores de desequilíbrio contratual, pressupostos do direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, análise do pedido para reequilíbrio do contrato. A temática tem total relação com as atividades exercidas pelos servidores, uma vez que a Coordenação de Contratos é a unidade responsável pelas revisões, reajustes e repactuações do Ministério. Desse modo, o curso contribuirá para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências que serão aplicadas no desempenho das atividades, promovendo, ainda, o aprimoramento, a excelência e segurança no desenvolvimento dos processos de trabalho, mitigando os erros de desconformidade e os riscos de prejuízo ao erário. O curso aborda, de forma aprofundada, os principais mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, tema essencial para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos,

prevenir irregularidades e garantir segurança jurídica na gestão contratual. Além disso, a necessidade de contínua capacitação é medida fundamental para atualização acerca das alterações das legislações, das novas doutrinas aplicáveis à matéria e dos entendimentos atualizados exarados pelos órgãos de controle externo e interno, dado o dinamismo do tema para contratações no âmbito da Administração Pública (SEI nº 34980075, 34981256, 34983231).

A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos seguintes termos:

<b>Objetivo Estratégico do Órgão:</b>	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores
<b>Política Pública Vinculada:</b>	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP)
<b>Processo da Cadeia de Valor vinculada:</b>	Gerir o desenvolvimento humano-organizacional
<b>Projeto Estratégico Vinculada:</b>	-
<b>Indicador Estratégico Vinculado:</b>	-
<b>Ação Orçamentária Vincula:</b>	2000 - Administração da Unidade

O planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO, conforme parceria técnica entre ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO e o MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS.

#### **4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA.**

Serão contratadas 03 (três) vagas na ação de desenvolvimento, na modalidade online.

#### **5. PREVISÃO DA DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS OU DA ENTREGA DOS BENS.**

A ação de desenvolvimento tem previsão de realização nos dias **23 e 24 de abril de 2026**.

#### **6. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.**

6.1 Maria Carolina Lourenço Alves Braga Cerávolo, CPF: 309.526.578-64 / SIAPE: 1842641 (SEI nº 35042947)

6.2 Danielle Galdino Solouki, CPF: 000.142.384-38/ SIAPE: 1786904 (SEI nº 35042947)

6.3 Guilherme Machado de Oliveira, CPF: 016.534.711-23 / SIAPE: 1846907 (SEI nº 35169330)

#### **7. OBSERVAÇÃO**

7.1. O responsável pela indicação deverá cientificar o(s) servidor(es) indicado(s) no item 6, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), a ser acostada aos autos, contendo confirmação de que o(s) mesmo(s) participará(ão) da Equipe de Planejamento. Caso o indicado esteja em período de férias ou de afastamento legal, no momento da indicação (DFD) ou durante a etapa seguinte de assinatura do Documento de Designação da Equipe de Planejamento, deverá comprometer-se a assiná-lo no seu retorno.



Documento assinado eletronicamente por **IRENILDA FERREIRA CARDOSO, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Pessoas**, em 10/04/2026, às 17:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **35166985** e o código CRC **D7F90B86**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.